O Ensino Médio Integrado: O espaço da geografia nessa modalidade de ensino

Maria Fernanda Ribeiro Santos[1]

1Acadêmica do curso de Geografia Licenciatura – IFPA. Bolsista PIBICTI. Email: fernandarsantos@hotmail.com

Resumo: A presente obra busca fazer uma análise crítica do ensino médio integrado, análise esta que será realizada em consideração com o processo histórico inerente a tal modalidade de ensino, no entanto tal análise estará relaciona ao ensino da ciência geográfica no ensino médio integrado. Para isso, a pesquisa metodológica adotada consistiu em levantamentos bibliográficos acerca do trabalho como meio de estabelecimento do processo de ensino e aprendizagem. Para realização da pesquisa fez se necessário um levantamento bibliográfico e pesquisas de campo, que foram realizadas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, apresentando a obra, portanto, apenas resultados e conclusões preliminares por encontrar se ainda em execução. Nesse sentido a pesquisa, busca, portanto, analisar o currículo e as práticas docentes de Geografia no ensino médio integrado.

Palavras–chave: aprendizagem, ensino, geografia, trabalho

1. Introdução

A obra em questão analisará o processo ensino-aprendizagem da geografia na modalidade do ensino médio integrado, desde a sua implantação iniciada no ano de 2005, por meio do Decreto Nº 5145 de julho de 2004. Objetiva nesse projeto compreender a importância/relevância dessa disciplina para o contexto do ensino médio integrado , percebendo desse modo a importância de tal modalidade de ensino, que vinculasse diretamente ao mundo do trabalho estando esta, portanto, de acordo com a lei de diretrizes e bases da educação, Lei Nº 9.394/1996, a educação deve estar vinculada ao mundo do trabalho, sendo este, de acordo com Ramos (2008), a primeira mediação entre o homem e sua realidade material e social, ou seja, é bem mais que um meio de subsistência. É antes um meio de inserção do homem como ator de uma sociedade, tendo importância para esta. Para Ramos (2008) é necessário:

> Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo, o que não se confunde com o "aprender fazendo", nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. (p.03).

A formação do trabalhador no Brasil, de acordo com Oliveira (s/d), teve início com os aprendizes de ofícios, índios e escravos, esta modalidade educacional era caracterizada pelo direcionamento as classes sociais mais baixas. Em 1800, há a adoção dos modelos de aprendizagem dos ofícios manufatureiros, estes modelos eram direcionados as classes pobres da sociedade brasileira. De acordo com Silva (s/d):

> O interesse primeiro do Príncipe Regente com esse Decreto o Príncipe queria a partir da cultura, dá um novo espírito ao povo e melhorar as condições econômicas da sociedade; mudar o quadro de letrados presente na época, que era de bacharéis e eruditos, traço cultural predominante da elite. (p. 03)

Nilo Peçanha, Presidente do estado do Rio de Janeiro, cria quatro escolas profissionais, são as escolas de: Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul, esta última destinada ao ensino agrícola. Já

ISBN 978-85-62830-10-5
VII CONNEPI©2012

em 1909, pelo Decreto N. 7566, de 23 de setembro daquele ano, cria 19 "Escolas de Aprendizes de Artífices", sendo estas destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito.

Nossa Constituição de 1937, outorgada pelo Presidente Getúlio Vargas, previa em seu artigo 129, o ensino técnico, profissional e industrial destinado às classes menos favorecidas como dever do Estado. Neste mesmo ano, em 13 de janeiro foi criada a Lei 378, que estabelecia Liceus Profissionais, que eram destinados a educação profissional de todos os ramos e graus.

Em 1941 acontece a Reforma de Capanema, que estabelece as seguintes diretrizes: Que o ensino profissional deverá ser de nível médio; com o ingresso nele a partir de exames de admissão (concurso); e que seria caracterizado em dois níveis de curso o básico industrial e técnico industrial. Instituindo:

> Leis Orgânicas da Educação Nacional: do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº 4.244/42) e do Ensino Industrial (Decreto - Lei nº 4.073/42). São criadas entidades especializadas, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e transformadas as antigas Escolas de Aprendizes Artífices em estabelecimentos de ensino industrial; no ano seguinte cria-se uma Lei Orgânica para o Ensino Comercial (Decreto-Lei nº. 6.141/43). Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). (SILVA, s/d, p. 07).

No ano seguinte, em 1942, há a criação das Escolas Industriais e Técnicas, por meio do Decreto N. 4127/1942, que previa uma educação profissional de nível equivalente ao secundário, possibilitando o ingresso na educação superior. No ano de 1959 as escolas técnicas federais são transformadas em autarquias, com isso passam a ser dotadas de autonomia e autoexecução de suas atividades e verbas, nos limites da lei.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1971, torna, de maneira compulsória, todo o currículo do 2º grau como técnico-profissional, dando assim profissionalização obrigatória a todos os concluintes dessa modalidade de ensino. Almada e Gonçalves (2010) afirmam que:

> Teoricamente essa mudança surge no sentido de eliminar o caráter da dualidade estrutural da educação ao tornar compulsória essa profissionalização, porém a mesma não obteve êxito em seu propósito por diversos motivos, entre eles os mais importantes é o fato que essa lei restringiu-se ao âmbito da educação pública, uma vez que as escolas particulares não seguiram essa lei, não oferecendo o ensino profissionalizante em seus currículos. Destaca-se também como fator determinante do fracasso dessa lei na esfera pública de educação a falta de financiamento da formação de professores e na adequação da infra-estrutura das escolas para esse ensino profissionalizante.(p. 04)

Em 1978, por meio da Lei nº 6.545 há a transformação da Escola Técnica Federal de Minas Gerais, Paraná e do Rio de Janeiro nos três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Nesse contexto nascem os CEFET's, que possuíam nesse primeiro momento educação de elevada qualidade, e já com uma proposta menos seletista, passando a atender nesse momentos, portanto, jovens de classes médias e baixas.

No ano de 1994 com a Lei 8.948 há a transformação das escolas técnicas em CEFET´s. O Decreto 2.208/97, instituiu o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e as ações deles decorrentes ficaram conhecidos como a Reforma da Educação Profissional. Nesse contexto, o ensino médio retoma legalmente um sentido puramente propedêutico, ou seja que precede algo – neste caso o ensino técnico ou superior, enquanto os cursos técnicos, agora obrigatoriamente separados do ensino médio, passam a ser oferecidos de duas formas. Uma delas e a concomitante ao ensino médio, em que o estudante pode fazer ao mesmo tempo o ensino médio e um curso técnico, mas com

matriculas e currículos distintos, podendo os dois cursos ser realizados na mesma instituição (concomitância interna) ou em diferentes instituições (concomitância externa). A outra forma e a sequencial, destinada a quem já concluiu o ensino médio, nesse sentido cursará apenas as disciplinas de conteúdo específico técnico.

Nesse sentido o trabalho objetiva :

> Compreender assim o trabalho – isto é, como meio social de produção da existência – possibilita compreender que, para que a humanidade exista todos têm que trabalhar. E se alguns não o fazem, é porque vivem da exploração do trabalho dos outros. Ter o trabalho como princípio educativo na educação básica, portanto, impede que crianças, adolescentes e jovens naturalizem a condição de exploração em que vivemos e que não se formem, assim, "mamíferos de luxo", isto é, homens e mulheres que, por viveram da exploração do trabalho dos outros deixam de exercer aquilo que lhes conferem ontologicamente a condição de seres humanos, a capacidade de produzir social e coletivamente sua existência. (RAMOS, p.7)

2. Material e Métodos

O material utilizado para a efetivação da pesquisa, foi um densa revisão bibliográfica, não só da área de estudo, ou seja, a ciência geografia, mas também, revisão bibliográfica esta que fora realizada de modo comparada com os demais ramos do conhecimento científico. A metodologia utilizada foi estabelecida, também, a partir de levantamentos bibliográficos para a compreensão desse processo ensino e aprendizagem de tal modalidade de ensino, com ênfase na inserção nacional, analisando, portanto, o caso brasileiro. Visitas técnicas, trabalhos de campo e entrevistas também foram elaboradas.

A pesquisa será realizada numa abordagem qualitativa, e baseada na concepção teórica dialética. O método de pesquisa utilizado é pesquisa de campo, e técnicas como formulários e entrevistas não estruturadas, que será realizada com professores, alunos e coordenadores dos cursos do ensino médio integrado e da geografia.

3. Resultados e Discussão

Deste modo a análise acerca da educação profissional em nosso País, desde sua gênese, para explicar os modelos educacionais existentes hoje no ensino médio integrado, analisando este com relação a seus avanços e falhas, sendo estas, reflexo de um processo histórico que se perfaz diariamente. Compreendendo que,

> Educar é um processo entre sujeitos, crianças e adultos, que se dá pelo convívio e, ao conviver há transformações recíprocas e espontâneas. O educar ocorre, portanto, todo o tempo. Para este autor este processo favorece a constituição de ma história no conviver que faz com que as pessoas aprendam a viver, de uma maneira que se configura, segundo o conviver da comunidade aonde vivem. (SUERTEGARAY, 2005, p. 38)

Nesse sentido o ensino médio integrado, de acordo com o Decreto Nº 5145/2004, deverá ser ofertado aos concluintes do ensino fundamental sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, ou seja, vinculando o aluno, portanto, ao mundo do trabalho, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; que consiste na formação profissional técnica de nível médio, sendo caracterizado, de acordo com o artigo 2º do supracitado Decreto, pela:

> I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;
>
> II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.

Nesse pensamento Barros (s/d) afirma que os "pressupostos da integração entre a educação geral e a educação profissional devem ser buscados nas críticas à concepção burguesa de educação, que surgiram no contexto das lutas empreendidas pelo proletariado contra as diversas formas de exploração a que estavam submetidos, principalmente no século XIX" (p. 1).

A política de ensino médio integrado nessas perspectivas visaria fomentar, estimular e gerar condições para que os sistemas e as instituições de ensino, com seus sujeitos, formulassem seus projetos em coerência com as suas necessidades e visando à consecução de finalidades universais postas para esta etapa de educação, o que será percebido por meio das competências e habilidades a serem desenvolvidas na geografia, de acordo com o Ministério da Educação.

Entendendo que o ensino técnico articulado com o ensino médio, preferencialmente integrado, representa para a juventude uma possibilidade que não só colabora na sua questão da sobrevivência econômica e inserção social, como também uma proposta educacional, que na integração de campos do saber, torna-se fundamental para os jovens na perspectiva de seu desenvolvimento pessoal e na transformação da realidade social que está inserido.

No entanto em pesquisas prévias percebemos que não há um critério bem definido o direcionamento da geografia no ensino médio integrado ou se existe um currículo mínimo de Geografia debatido no contexto das transformações mais recentes do mundo da educação no IFPA.

A superficial análise das atitudes docentes no ensino médio integrado nos anos de 2010 (setembro a dezembro) e 2011, nos leva a entender que a conduta do docente na hora da escolha do que ensinar aos discentes, na hora dos planejamentos de ensino tem sido norteados por algumas situações, que por si só são complexas, como é o caso da existência e uso dos conteúdos dispostos nos livros didáticos adotados na instituição, ou pelos processos de seleção às instituições de ensino superior, e mais recentemente ao Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM. Sobram indagações para compreender afinal: Qual é o lugar da Geografia no ensino médio integrado do IFPA? É necessário pensar, construir e implantar efetivamente uma proposta de ensino integrado que esteja dentro da natureza do ensino oferecido pela IES. Neste sentido, julgamos urgente repensar as concepções curriculares vigentes e as que deveriam existir, pois percebe-se uma verdadeira ausência de discussão sobre o que ensinar em Geografia no âmbito do instituto.

A discussão da natureza da relação ensino e aprendizagem dos cursos do IFPA, Campus Belém consiste em atividade de interesse ímpar para a comunidade escolar tendo em vista a importância e o reconhecimento desta instituição na sociedade Amazônica e no contexto dos cidadãos que forma. A geografia é uma disciplina de grande relevância uma vez que tal ramo do conhecimento científico tem por objeto de estudo o homem em seus diversos aspectos, ou seja, em suas diversas relações com outros sujeitos e com o meio, obedecendo as peculiaridades de todos estes.

No Brasil a geografia foi incluída como de base curricular comum, no âmbito das Ciências Humanas e suas Tecnologias, isso se deu devido a renovação da geografia no final do século XX,

período que marca a alteração do capitalismo ao imperialismo – que "traduzir-se-á, no plano da política internacional, como uma intensa luta entre as potências imperialistas pela divisão dos continentes em zonas de influência" (MOREIRA, 2009, p. 5), tendo reflexos no Brasil durante a década de 70, do referido século, na área da educação, bem como em outros ramos do conhecimento científicos. Nesse sentido a geografia encontrava-se crise, no referido momento, quanto a sua adequação enquanto ramo de conhecimentos científicos, uma vez que esta se adequava tanto como ciência da sociedade, quanto ciências da natureza, sendo assim dos lugares.

Nesse processo de redescoberta da Geografia, surgem questões quanto:

> A construção de fundamentos epistêmicos necessários à consolidação de sua cientificidade; a definição e a clareza do seu objeto de estudos; e o papel do sujeito desta ciência, capaz de desvelar a organização espacial e suas relações. (PEREIRA, s/d, p. 29).

Durante esse contexto surge uma considerável gama de pesquisadores com o intuito de discutir a problemática da geografia, inicialmente no âmbito da academia, chegando a escola de educação básica durante a década de 80, trazendo assim o fim do conhecimento desinteressado, da paisagem como mera obra de arte e do ensino carregado de conteúdo, ou seja, trazendo desse enriquecimento a geografia, passo a relacionar à ciência, teoria e prática, baseada:

> Na análise crítica da construção de um corpo de conhecimentos e de sua metodologia, cujos instrumentos fossem capazes de responder às questões postas por esta ciência para a formação do cidadão do final deste século, não permitindo que ele submergisse à voracidade das transformações ocorridas no Brasil e no mundo. (PEREIRA, s/d, p. 29).

Tais alterações trazidas pela globalização, caracterizada como uma revolução técnico-científica, que trouxe alterações na economia, com ênfase no milagre econômico a economia brasileira nesse período, e pelos problemas ambientais que deram aos conhecimentos de Geografia um novo significado. Da ciência meramente descritiva (e até caricata) à Geografia Crítica, um longo e turbulento percurso se fez.

Redefinida agora como ciência social, é importante pensar o estabelecimento de relações através da interdependência, da conexão de fenômenos, numa ligação entre o sujeito humano e os objetos de seus interesses, na qual a contextualização se faz necessária. Passando a compreender o "homem como ser histórico-social que age sobre a natureza para satisfazer suas necessidades e, nessa ação, produz conhecimentos como síntese da transformação da natureza e de si próprio" (RAMOS, 2005, p. 114 apud SEED, 2007, p. 19).

O processo ensino aprendizagem da geografia deve ser pensando tendo em vista a globalização, uma nova ordem mundial com novos conflitos e tensões, a crise dos Estados-nação, a formação de blocos econômicos, a desterritorialização de muitos grupos humanos, as questões ambientais que conferem novos significados à sociedade como um todo e em suas partes, ou seja, que comporta uma série de particularidades e complexidades que deve trazer contribuições, tal conhecimento geográfico, a plena formação do educando.

Num primeiro momento, há a necessidade de se desconstruir a ideia da ciência geográfica essencialmente apoiada na descrição e memorização da "Terra e o Homem", com informações sobrepostas ou seja extremamente técnicas, sendo baseadas, por exemplo, no estudo do relevo, clima, população e agricultura, por exemplo.

A revolução técnico-científica não vem de modo pré-determinado e traz consigo transformações em elevado ritmo, estas, portanto, que não devem ser analisadas apenas qual se apresentam de modo visível. Nesse sentido, de acordo com Soja (1978), torna-se explícito que a primeira análise compreende:

> Sua primeira natureza, ou seja: seu contexto ingenuamente dado, pois uma segunda natureza se apresenta e esta não abandonou os aspectos visíveis do objeto mas incorporou o resultado da ação e relação social. (p. 102).

Analisando este autor (SOJA, 1978) o espaço não deverá ser analisado como uma categoria isolada, mas sim como algo que deve ser analisado dentro de uma categoria contextual intrínseca.

Ao buscar compreender as relações econômicas, políticas, sociais e suas práticas nas escalas local, regional, nacional e global, a Geografia se concentra e contribui, na realidade, para pensar o espaço enquanto uma totalidade na qual se passam todas as relações cotidianas e se estabelecem as redes sociais nas referidas escalas.

Nesse sentido temos, como objeto de nossa análise o espaço geográfico, que caracterizado por Milton Santos, como um conjunto indissociável de sistemas de objetos (redes técnicas, prédios, ruas) e de sistemas de ações (organização do trabalho, produção, circulação, consumo de mercadorias, relações familiares e cotidianas), que procura revelar as práticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem, lutam, sonham, vivem e fazem a vida caminhar

Assim temos como resultados, ainda que preliminares, a falta de integração, que consiste na real proposta da modalidade de ensino em questão. Tal carência, se devem a diversos fatores, não elencados e problematizados, pelo fato de a pesquisa ainda encontrar-se em andamento.

Dentre os resultados preliminarmente encontrados, temos, como central, a falta de entendimento da proposta do ensino médio integrado. Tal desentendimento não está presente no Decreto que o estabeleceu, mas sim na materialidade de tal positivação. Uma vez que, tal alteração de ensino médio concomitante, passou a ser uma mera alteração de nomenclatura, não trazendo assim, alterações práticas e reais, em sala de aula.

4. Conclusões

Nossa pesquisa encontra-se em estágio inicial obtendo, portanto, informações que prescindem de um elevado grau de reflexão, para a posterior construção científica de relevância. No entanto em primeira análise percebemos que não uma uniformização do IFPA – Campus Belém acerca do ensino médio integrado.

O currículo do ensino médio integrado é incompreendido, portanto não havendo a integração que se almejava com o Decreto Nº 5.154 de 23 de julho de 2004, havendo nesse momento no Instituto um ensino médio integrado baseado, de acordo com Ramos (2008) em competências e habilidades levado em consideração realidade práticas e técnicas, ou seja, não estando este modelo educacional alinhado a formação integrada que é objetivo de tal modalidade do ensino – tal carência de integração percebida no processo ensino-aprendizagem da geografia no cursos do médio integrado.

Uma vez que:

> Remetemos o termo [integrar] ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto e, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos [...]. Significa que buscamos enfocar o trabalho como principio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo,

> de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. (CIAVATTA, 2005, p. 84 apud SEED, 2007, p. 19).

Desse modo propomos a "construção de um currículo e de ações que efetivamente possam superar o "somatório, superposição ou subordinação de conhecimentos uns aos outros", na direção de uma "integração na perspectiva da totalidade" (RAMOS, 2008, p. 20)

> Sendo que este desafio deve ser encarado e enfrentado e persistido em prol de uma educação que deve ser de acordo com Ramos (2008) crítica e inquieta preocupada com a percepção do outro, enquanto agente na sociedade, e a percepção de suas relações com outros atores, levando, portanto a ser pensada como "[...] uma utopia a ser construída coletivamente" (2008, p. 6).

Referências

ALMADA, José Alexandre Berto; GONÇALVES, Francisco Eduardo. **Geografia e ensino médio integrado: Primeiras impressões**. Porto Alegre: ENG, 2010.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** Ensino médio. Coordenação Eny Marisa Maia, Brasília, MEC, 2000.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Decreto 5.840. Brasilia, MEC, 2006

_____. LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei 9.394/96. Apresentação Esther Grossi. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **Lei dos Institutos Federais** Lei 11.892/2008.

_____. **Instituto Federal do Pará**. Disponível em <www.ifpa.edu.br> Acesso em 19 de abril de 2012.

_____. **Instituto Federal do Pará – Campus Belém**. Disponível em <www.belem.ifpa.edu.br> Acesso em 19 de abril de 2012.

_____. **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica**. Brasília, 2009.

CASSAB, Clarice**. Reflexões sobre o ensino da geografia**. In: Geografia: Ensino & Pesquisa. V. 13 . n. 1 p. 13-50. Santa Maria, 2009.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **O fio da história**: Gênese da formação profissional no Brasil. Londrina, s/d.

GOTARDO, Renata Cristina da Costa. **Integração curricular**: O ensino médio integrado e o PROEJA. Cascavel : UNIOESTE, s/d.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia ?** 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Brasiliense,

RAMOS, Marise N. **Concepção do ensino médio integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias 8 e 9 de maio de 2008.

SILVA, Iraneide Soares da. **Caminhando na história da educação tecnológica do Brasil em busca da participação feminina e negra.** UFC: s/d.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. **Educação, equidade e crescimento econômico.** Disponível em: <www2.ucg.br> Acesso em: 29 de fevereiro de 2012.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **O atual e as tendências do ensino e da pesquisa em geografia no Brasil.** In: Revista do Departamento de Geografia. Nº 16 2005, p. 38-45, Porto Alegre, 2005.

TEODORO, Elinilze Guedes. **Docentes na escola de aprendizes artífices do Pará**: Diacronia dessa atuação. In: Revista Histedbr On-line, Campinas, n. 24, p. 26-39, 2006.